

## **Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas Reflexões Acerca da Relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade**

Área Temática de Gestão da Extensão

### Resumo

O presente trabalho pretende problematizar alguns pontos da ação extensionista no sentido de aprofundar a discussão acerca do papel da extensão – enquanto projeto social - e da universidade frente ao poder público e às políticas públicas. Busca, desta forma, oferecer subsídios à qualificação da atividade extensionista, sinalizando algumas possibilidades de gestão da extensão universitária, a partir do papel desempenhado por uma Pró-Reitoria de Extensão e do estabelecimento de uma Política de Extensão Universitária.

### Autora

Claudia Hochheim Oliveira, Assistente Social, Mestre em Serviço Social PUC-RS, técnica-administrativa extensionista da UFRGS.

### Instituição

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Palavras-chave: extensão; políticas públicas; projetos sociais

### Introdução e objetivo

A extensão universitária tem logrado, ao longo da última década, consolidar-se enquanto espaço de aprendizagem reconhecido institucionalmente, na academia.

Contribuíram para esta consolidação:

o salto qualitativo procedido pela prática extensionista no sentido da busca de superação da concepção assistencialista da extensão;

- a busca pela construção permanente da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa;

- a percepção, altamente acertada na atualidade, da necessidade da interdisciplinariedade para qualquer ação que se queira mais abrangente e/ou qualificada;

- o foco na relevância social da ação extensionista: a clara opção feita pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, direcionando a política extensionista a projetos que considerem o compromisso social e o papel da Universidade frente aos problemas sociais: “A universidade e, em especial, as pró-reitorias de extensão devem *induzir* programas e projetos que visem enfrentar os problemas específicos produzidos pela situação de exclusão.” (Nogueira, 2000: 63 - grifo nosso).

No contexto brasileiro, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão tem-se posicionado à frente desta discussão, pautando e tensionando posições no que tange à estruturação de uma Política de Extensão para as Universidades Públicas brasileiras; política esta que possa traçar linhas gerais de atuação da ação extensionista, sem descuidar de sua operacionalidade, ou seja, do fomento para os projetos: “A concepção tradicional de *extensão* sofre uma profunda inflexão, a partir do *Plano Nacional de Extensão Universitária*, de maio de 1998... É interessante perceber que a inflexão mencionada revela uma outra concepção de universidade – e, portanto, de extensão -, que emerge na contracorrente da concepção dominante da reforma universitária efetivada pelo atual governo, através da implementação da

LDB. Revela a tensão de forças políticas presentes na universidade brasileira, em que campos progressistas marcam presença no estabelecimento de diretrizes para a extensão universitária no país.” (Escola de Serviço Social/UFF, 2000:85)

Dentro desta concepção evidenciada, o presente texto pretende problematizar alguns pontos da ação extensionista no sentido de aprofundar a discussão acerca do papel da extensão – enquanto projeto social - e da universidade frente ao poder público. Busca, desta forma, oferecer subsídios à qualificação da atividade extensionista.

## Metodologia

Os processos de trabalho, na atualidade, são pautados pela separação entre o pensar e o agir, como se ambos pudessem ser desconectados sem prejuízo do resultado final. A partir de experiências vividas, pode-se dizer que este paradigma encontra-se profundamente arraigado dentro das Universidades, de um modo geral, necessitando ser problematizado para que haja caminhos de superação.

Contraditoriamente, a Universidade que se caracteriza por ser espaço de produção de conhecimento e disseminação de saberes, que deveria ser, por essência, democrática na relação com estes saberes; tem justamente um funcionamento e uma cultura institucional autoritária no que tange a esta questão da dissociação entre o pensar e o executar. Marilena Chauí, na conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd identifica a democracia como um marco da universidade moderna: “A partir das revoluções sociais do Século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, no decorrer do Século XX a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como uma idéia reguladora.”(Chauí, 2003: mimeo)

As funções da universidade no senso comum, quais sejam, a produção do conhecimento e a formação de recursos humanos qualificados, não se consubstanciam no vácuo, mas em relação com a sociedade; ambas, sociedade e universidade, constituindo-se permanentemente nesta relação. Estas funções caracterizam a Universidade como o “locus” permanente de reflexão e crítica acerca dos diferentes processos societários. Este espaço de reflexão e crítica precisa ser, necessariamente, um espaço plural e democrático, espaço que *deve* pressupor a valorização do fazer em sua relação com o saber.

O fazer traz consigo toda uma carga de saberes que precisa ser contabilizada. Entretanto, execução sem reflexão torna-se estéril, assim como o processo inverso. Porque, então, este tipo de organização do trabalho se instaura na Universidade, refletindo-se para fora, nos projetos extensionistas?

As respostas para esta questão gerariam, certamente, uma tese de doutoramento. Pode-se aventar algumas possibilidades, iniciando-se por uma leitura de conjuntura, considerando-se a divisão sócio-técnica do trabalho no capitalismo avançado e suas relações de dominação e poder; evoluindo e passando pelas relações sociais estabelecidas nos diferentes espaços de trabalho que também envolvem, necessariamente, relações de poder. O foco aqui, entretanto, não é este, mas, ao contrário, pensar, refletir e demonstrar como a junção entre concepção e execução pode ser profícua e deveria perpassar os projetos extensionistas.

A percepção do trabalho como um todo, como um processo passível de elaboração/planejamento, execução e avaliação realizado pelos sujeitos autores dos processos conduz, quase que necessariamente, à realização humana no mundo do trabalho.

Segundo Martinelli “É preciso resgatar a dimensão humana do trabalho, transformando-o realmente em um fator de realização pessoal, e não de opressão, repressão e depressão como muitas vezes ocorre.” (Martinelli, s/d, mimeo).

Dejours ressalta que o importante no trabalho - um trabalho que busque contemplar o homem como ser múltiplo e rico em possibilidades - é a *forma* de organização do mesmo: “...há estudos que mostram que há organizações do trabalho que levam a tarefas cujo conteúdo é justamente um meio de equilíbrio. Esta situação é favorável à saúde das pessoas. Há trabalhadores que se sentem melhor depois de um trabalho do que antes dele! Nesse caso, pode-se dizer que a organização do trabalho não reprime o funcionamento mental. Pelo contrário, ela oferece um campo de ação, um terreno privilegiado para que o trabalhador concretize suas aspirações, suas idéias, seus desejos.”(Dejours, 1982, mimeo)

A partir dos paradigmas acima colocados, a oxigenação que a extensão propicia aos meios acadêmicos coopera de forma decisiva para a revisão permanente dos currículos, para alimentar e subsidiar a sintonia fina entre Sociedade e Universidade reconstruindo e ressignificando historicamente a Universidade nos diversos contextos da Sociedade. O movimento entre Universidade e Sociedade é construído permanentemente, ambas constituindo-se através e nesta relação.

Parecem, assim, estar claros os benefícios imediatos que a Universidade tem da ação extensionista, mas e a Sociedade? *Como* ela se “beneficia” e se constitui na relação com a Universidade e qual é a interveniência ou o papel do Estado e das políticas públicas na relação Universidade / Sociedade?

Em outras palavras: o que a extensão universitária, enquanto projeto social, vai realizar fora dos muros da Universidade, irá valorizar este saber/fazer que não é acadêmico? Conseguirá fazer a síntese entre o fazer e o saber ou, mesmo fora dos muros a Universidade permanecerá encastelada em seus saberes acadêmicos? Ou irá simplesmente servir-se desta comunidade, com parca ou nenhuma devolução?

É preciso esclarecer que a presente reflexão assenta-se somente na ação extensionista desenvolvida enquanto projeto social – atividade de extensão de caráter continuado.

Parece que em um seminário ou curso de extensão fica relativamente claro o papel da mesma: a universidade como “locus” privilegiado do saber e do conhecimento realiza a interlocução com a sociedade, construindo novos e diferentes saberes, num patamar de mediação entre o saber popular e o saber científico.

Mas enquanto projeto social de extensão, dentro da ótica de compromisso social da universidade e construção da cidadania? O que cabe ao extensionista?

A partir da observação das experiências diárias, percebe-se que algumas vezes a extensão acaba suprindo lacunas ou vácuos do Estado na execução de suas políticas públicas, algumas vezes fechada em seus conhecimentos acadêmicos: o projeto extensionista realiza uma intervenção continuada essencialmente executora em determinada comunidade. Executora e com “status” acadêmico, sem perfazer a síntese com o fazer/saber popular.

Será este o papel da extensão?

Está claro que a dicotomia saber/fazer necessita ser superada para evoluirmos dos projetos sociais assistencialistas.

## Resultados e discussão

Fazendo um exercício de reflexão e pressupondo, hipoteticamente, este como sendo o papel extensionista (papel executor) - seria necessário, no mínimo, um conhecimento razoável do que preconiza as diversas políticas para as diferentes áreas, sob a pena de que o trabalho extensionista venha a colaborar na desconstrução de todo um projeto de política pública.

Tome-se, por exemplo, a política da Assistência Social. Dito a grosso modo, a Assistência Social tem procedido longa e árdua trajetória no sentido de desconstruir o assistencialismo, a filantropia, a benevolência.

A Constituição Federal de 1988 assegura a Assistência Social como um dever do Estado e um direito dos cidadãos, constituindo-a enquanto política pública. Assim, os atores da política de Assistência Social têm lutado para construir e consolidar com os cidadãos a idéia própria da cidadania, têm tentado desmanchar o assistencialismo, a concessão, o favor e trabalhar com as populações os conceitos de cidadania e direito; construindo a idéia de que a política de assistência social é um direito do cidadão e não uma concessão benevolente de uns poucos privilegiados para os desassistidos; de que se existe alguma doação esta não é favor mas, na realidade, uma total inversão da cidadania, em sua concepção mais corriqueira e abrangente. Em suma, esta “nova” concepção da assistência pressupõem que este cidadão deveria ter recursos para adquirir o que ele necessita para sua reprodução social; e que, na verdade, em muitas e variadas situações, a ausência do Estado enquanto um efetivo e eficiente executor e indutor de política pública (de assistência, de saúde, de habitação, etc) pontua esta situação pautada pela não cidadania.

E as ações extensionistas que fazem estes tipos de doações assistencialistas, sensibilizados pela pobreza do seu local de atuação? Estão, no mínimo, descontextualizadas das discussões da Assistência Social enquanto política pública. É necessário deixar claro que qualquer pessoa faria campanhas de arrecadação e doação – e que as arrecadações e doações são importantes para estas populações enquanto estratégia de sobrevivência - a questão é *como encaminhar* estas doações dentro do paradigma da assistência social e não do assistencialismo.

E quanto às demais políticas públicas, que inserções a Universidade está fazendo? Nesta mesma direção, vale questionar ainda: qual face da Universidade está sendo vista por estas comunidades e qual face se quer mostrar?

A Universidade está tentando suavizar a questão da pobreza, considerando que há uma política pública que não dá conta de sua demanda, tendo em face que a pobreza é estrutural. Mas, está “suavizando” esta situação de que forma? Indo na contramão do que preconiza esta política?

Qual o papel do extensionista nestas comunidades: está levando o aluno para olhar a pobreza para que, sensibilizado, construa-se um cidadão? Mas até que ponto estamos transformando a pobreza em objeto, descolando dela os sujeitos ali implicados em seu processo diário de luta pela sobrevivência? Não basta levar o aluno por um tempo a olhar a pobreza, há que se ter ações continuadas, de caráter efetivo, que realmente cumpram com o papel da Universidade perante a sociedade e perante seu aluno.

“Assim, tem-se hoje como princípio que, para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá que enfrentar.”(Nogueira,2000:120).

## Conclusões

Mas, retomando a questão acima: que papel é o da Universidade perante a sociedade? A partir do exemplo acima citado da área da assistência social, podemos pensar que a ação extensionista, neste contexto, se efetivaria no trabalhar de forma profundamente articulada com as políticas públicas existentes nas diferentes áreas de atuação; *respeitando-se* o caráter *executor* do nível municipal da administração pública e coadunando sua ação executiva à esta esfera de governo, de forma bastante estreita. Neste sentido, Nogueira (2000:119) afirma: “É importante ressaltar que a intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir

funções de responsabilidade do Estado mas sim produzir saberes tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população,..."

Assim, o papel da Universidade seria constituir-se em espaço de reflexão acerca das diferentes realidades e, dentro desse processo, refletir-se-ia o papel do Estado e de sua operacionalidade - as políticas públicas. E em se refletindo conjuntamente (Universidade/Estado), o papel extensionista se conjuga com o de contribuir com o conhecimento acadêmico nesta permanente redefinição da inter-relação público/privado, repensando e introduzindo ferramentas para o estabelecimento, avaliação e implementação de políticas públicas.

Nogueira (2000:122) neste contexto, afirma que "Criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população bem como se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas."

Toda esta ação, precisa ser acompanhada de perto pelos coordenadores dos projetos (sejam docentes ou técnicos-administrativos), *estabelecendo os laços entre realidades, aprendizagens, pesquisa e sala de aula*. Este fazer, este repensar, precisa retornar à Universidade e oxigenar os atores da mesma e, conseqüentemente, os currículos.

Há que se estabelecer, entretanto, que a extensão precisa, além de conjugar-se às políticas públicas; estar também profundamente articulada com o Projeto Acadêmico da Universidade, tendo em vista que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem de estar alicerçada no perfil de Profissional-Cidadão que se quer formar.

Conforme documento do Fórum Nacional (2002:14): "As ações de Extensão, como também as de Pesquisa, ao serem selecionadas para fazerem parte da Estrutura Curricular, devem manter uma estreita vinculação com o núcleo epistemológico do curso, a partir do Perfil do Profissional-Cidadão delineado no projeto pedagógico."

Outro elemento para reflexão coletiva é a questão das origens das demandas. Como tem início um projeto de extensão? Hoje, de várias maneiras – por demanda da comunidade, por proposição da Universidade, dos professores, técnicos e alunos, por demanda das Políticas Públicas.

Mas, como são priorizadas estas demandas? Se qualquer Universidade efetivar uma mínima divulgação de suas infinitas possibilidades de projetos sociais extensionistas acabará virando um "plantão social" onde desaguarão absolutamente todas as demandas não atendidas pelo Estado, por suas políticas públicas. Então, como são elencadas? No mais das vezes são selecionadas sem o estabelecimento de critérios claros, mas na onda da oportunidade e também do acaso. O critério conhecimento / preferência pessoal muitas vezes acaba prevalecendo nesta priorização. Em outras palavras, o que define aquela comunidade (município e/ou bairro) para o projeto extensionista acaba sendo os interesses frente aos conhecimentos, a proximidade e as preferências pessoais dos possíveis executores. Há que se perguntar neste momento, quais são estas demandas sociais, quem se beneficia e / ou quem perde nesses processos de escolha?

O estabelecimento de uma Política de Extensão da Universidade poderia consolidar princípios, critérios e indicadores de demanda para seleção de projetos extensionistas, fornecendo uma base clara e publicizada. Isto porque, claro está que não é possível a qualquer Pró-Reitoria ou Coordenação de Extensão abarcar todas as ações demandadas pela sociedade, sob pena de cair-se em um ativismo desmesurado e não reflexivo.

Neste contexto, o papel de uma Pró-Reitoria de Extensão ou Coordenação de Extensão dentro de uma Universidade constitui-se em ponto nevrálgico da extensão social realizada por esta Universidade, sendo de capital importância, tanto na estrutura da Universidade quanto para a sociedade que interage.

“As Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares teriam sua existência vinculada a uma ação tática de *articulação*, sensibilização e coordenação, no contexto estratégico de construção processual da abertura e do confronto universidade-sociedade.”(Nogueira, 2000: 23, grifo nosso)

Pensar e organizar esta ação extensionista, estruturando-a com uma equipe capacitada, qualitativa e quantitativamente suficiente parece ser ponto essencial se realmente se quer desenvolver uma extensão social qualificada. Aproximar esta ação enquanto currículo também se faz necessário. Pode-se pensar uma equipe a partir das 08 áreas temáticas definidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em que cada extensionista seja o articulador de uma área, perfazendo a interface permanente entre a Pró-Reitoria/Coordenação de Extensão, as Unidades Acadêmicas e a efetiva execução dos projetos. Note-se bem, entretanto, que o papel deste profissional não se constitui em simplesmente apoiar administrativamente os projetos, mas possui essencialmente um caráter técnico-pedagógico: coordenando, articulando, planejando, efetivando os contatos pertinentes aos projetos, executando e avaliando as ações realizadas.

#### Referências bibliográficas

- BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo(Organizadores). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Poços de Calda: Conferência de Abertura da ANPEd, 05.10.2003, mimeo.
- DEJOURS, Cristophe. **Por um novo conceito de saúde**. Palestra proferida na Federação dos Trabalhadores da Metalurgia da Confederação Geral dos Trabalhadores(CGT), junho de 1986, mimeo.
- Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. **Currículo do curso de graduação em serviço social**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000. 109 p.
- FARIA, Dóris Santos de(org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 183 p.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Texto preliminar – maio de 2002, mimeo. 21p.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Notas sobre instituição**. São Paulo: PUC-SP, Faculdade de Serviço Social, s/d, mimeo.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez Editora, n. 50, p. 87 – 132, abril 1996.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel(org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas** Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas/ UFMG, 2000. 193 p.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e(Coord.). **A Comunidade solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 157 p.